

## Da insularidade ao crioulo – algumas reflexões sobre a construção da identidade social dos cabo-verdianos

From insularity to Creole –  
some reflections on the construction  
of the social identity of Cape Verdeans

Barbara Hlibowicka-Węglarz  
Marie Curie-Skłodowska University  
[barbara.hlibowicka-weglarz@mail.umcs.pl](mailto:barbara.hlibowicka-weglarz@mail.umcs.pl)  
<https://orcid.org/0000-0002-6438-8644>

### Abstract

This article proposes to present the issue of insularity in the archipelago of Cape Verde, an African country marked by several centuries of Portuguese colonization, with particular emphasis on the analysis of the interrelation between socio-historical factors and linguistic phenomena that occurred in this insular country. Taking into consideration this context, we will draw attention to the importance of insularity in the process of miscegenation of the populations in the colonial era, to the process of the formation of Creole as a result of multilingual contacts, as well as to the long process of the construction of the social identity of Cape Verdeans in the history of this society.

**Keywords:** insularity, multilingual contacts, pidgin, creole, social identity

## INTRODUÇÃO

As palavras *mar*, *terra*, *insularidade*, *identidade* estão omnipresentes nos estudos de historiadores de todos os países de expressão portuguesa, aparecem frequentemente na literatura lusófona e surgem até em vários hinos nacionais. Simbolizam um

período de grande expansão marítima, determinam as condições sócio-históricas em que se formaram numerosas comunidades multilingues e multiculturais em regiões bem distantes do mundo que, por consequente, propiciaram o surgimento de várias línguas, tais como pidgins e crioulos.

O presente artigo propõe analisar a questão da insularidade de Cabo Verde com particular destaque para a inter-relação entre os fatores sócio-históricos e os fenômenos linguísticos. Tendo em conta que a história e a língua constituem um binómio peculiar dentro do qual ambos os elementos se condicionam mutuamente, no que se segue vamos tentar analisar como numas ilhas desabitadas, descobertas no século XV pelos portugueses em condições de isolamento e na periferia, se formou uma sociedade nova que, com o tempo, começou a lutar pela sua identidade. Vamos tentar demonstrar também como todas as características próprias ao espaço insular junto com as condições sócio-históricas particulares que se formaram nas ilhas propiciaram o surgimento do crioulo, dando início à construção e depois à reconstrução da identidade social dos cabo-verdianos.

## O CONCEITO DE INSULARIDADE

Nas últimas décadas tem-se notado o interesse crescente pelos estudos insulares, assim como se tem verificado um pluralismo metodológico na análise dessas questões. Os pesquisadores de diversas áreas de estudo pretendem dar a conhecer as diferentes tendências sobre a evolução da chamada “ciência das ilhas” (Espínola & Cravidão, 2014, p. 1). Os numerosos trabalhos de geógrafos, antropólogos, historiadores, sociólogos, até biólogos e psicólogos confirmam que o conceito de insularidade pode ser analisado de diferentes ângulos, não pode ser tratado por uma única disciplina, sendo interdisciplinar.

O conceito de insularidade é muito complexo e difícil de definir. Está diretamente relacionado com a definição geográfica da ilha no sentido geral de: “trecho de terra rodeada de água por todos os lados” (Ferreira, 2010, p. 408). Neste contexto, a ilha encontra-se na situação geográfica entre a terra e o mar que determina o seu limite insular, “é um espaço que interliga a terra e o mar” (Martins, 2021, p. 102). As ilhas assim definidas caracterizam-se por problemas particulares e muitas fragilidades a que estão sujeitas. Por sua natureza são isoladas e na maior parte de casos periféricas o que leva a outros estrangulamentos, tais como: dificuldades em assegurar o abastecimento de energia e água, demasiada pressão sobre o recurso de terra, alimentos escassos, falta de mão de obra qualificada, e muitos outros. Por consequente, as dificuldades mencionadas afastam as ilhas, particularmente as ilhas pequenas, das regiões continentais. Vários autores (entre outros Perón, 1993) estão de acordo de que “as barreiras que separam os chamados *ilhéus* dos *continentais* são mais de origem sócio-cultural que meramente geográficas” (Diegues, 1999, p. 2). Perón (1993, p. 148) defende a mesma tese, explicando:

Insularidade geográfica e fato social insular se mesclam mas as diferenças culturais, tão cuidadosamente elaboradas, modificadas segundo as necessidades conjunturais, continuam a funcionar mesmo quando as barreiras naturais são parcialmente rompidas. No que se refere às sociedades insulares, parece que não há determinismo geográfico simples, que funcionaria em mão única, mas um conjunto de fatores que decorrem da insularidade e que, combinados, orientam a evolução das sociedades insulares e os espaços que elas ocupam.

Segundo as opiniões da autora citada, os fatores culturais e históricos são fundamentais para explicar a relação dos moradores das ilhas com o mundo exterior e não os fatores geográficos. A cientista continua o seu argumento, defendendo que a insularidade se relaciona também com a ideia de construção da identidade dos ilhéus que, de acordo com as ideias de Martins (2021, p. 108), “é um processo dinâmico, em construção, pois as sociedades e as culturas são evolutivas e não estatísticas”. Na mesma obra o autor acrescenta que “essa condição histórico-cultural da *insularidade* é fruto de várias circunstâncias: históricas, geográficas (distância, isolamento), climáticas e culturais (costumes, religião, etc.)”. Assim, as sociedades insulares evoluem ao depender de vários fatores que decorrem da insularidade e não através do simples isolamento geográfico.

Ao longo da história o símbolo da ilha apresentou múltiplas variantes e foi interpretado de maneiras variadas. Devido à magia dos espaços insulares surgiram muitos textos como resultado de inspiração literária ou reflexão filosófica. Na Antiguidade criou-se a lenda das ilhas Afortunadas, “um mundo melhor que este onde viviam os homens” (Ribeiro, 1960, p. 19). Foram sobretudo os gregos antigos que situaram nas ilhas o paraíso perdido. Um deles, Platão, descreveu a famosa Atlântida onde as pessoas viviam em paz e numa felicidade perpétua. Na Idade Média as ilhas ganharam vários significados, “sendo tidas como morada do anjos caídos, seja como paraísos terreaus, lugares sagrados e morais dos mortos, como sucedia com as ilhas brancas celtas” (Diegues, 1999, p. 27). Esta visão do mundo resultou do facto de que na época antes dos Descobrimentos a maior parte das pessoas conhecia apenas as regiões onde viviam, outras terras permaneciam distantes, isoladas e misteriosas. Vale a pena reparar também que na altura pouquíssimas pessoas faziam viagens. Os que tinham oportunidade de viajar, ao regresso contavam histórias de outras terras e outras gentes nem sempre verdadeiras que enchiam as pessoas de pavor e de espanto. Ao ouvir os relatos que circulavam, os europeus aceitavam-nos como se fossem histórias por um lado exóticas, por outro fantásticas. Os primeiros navegadores e viajantes contavam também os mais fantásticos e misteriosos acontecimentos, histórias de animais ferozes, sereias, monstros e tritões. Naquela época, as ilhas apareciam como mundo fantástico e miraculoso. O famoso Camões falou do mito da “Ilha dos Amores” (*Os Lusíadas*, Cantos IX e X), assim como incluiu no seu texto os monstros, e outras figuras fantásticas. O gigante Adamastor que passou para a história e ficou na obra de Camões (*Os Lusíadas*, Canto V) revelou-se um rochedo de proporções gigantescas encontrado na viagem de regresso de Bartolomeu Dias no tempo de uma violenta tempestade.

Com o decorrer do tempo, na época da colonização europeia, quando muitas ilhas tinham já sido descobertas, os portugueses começaram a considerá-las como lugares potenciais a serem colonizados e favoráveis ao desenvolvimento económico. Como as primeiras ilhas descobertas não tinham donos, sendo desabitadas, os portugueses decidiram tomar posse delas, posteriormente enviar os colonos, espalhar animais e lançar sementes para começar a povoá-las e tirar proveito delas. Começou uma época durante à qual as narrativas fantásticas dos mitos referentes às ilhas onde as pessoas viviam em felicidade perpétua foram perdendo a sua força.

## O SURGIMENTO DO CRIOULO NO ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE

De acordo com Pereira (2006, pp. 13-15), um crioulo é uma língua que resulta de uma forma especial de contacto entre línguas. Na obra citada a autora diz:

[...] os crioulos distinguem-se das outras línguas pela rapidez da sua formação, em condições históricas fora do comum: por necessidade social, falantes de diferentes línguas maternas procuram a todo o custo comunicar entre si usando uma língua que, sendo mais funcional, no entanto não dominam, nem lhes é de fácil acesso.

O conceito de crioulo está diretamente relacionado com a insularidade. Os crioulistas (p.ex.: Couto, 1996; Pereira, 2006) reparam no facto de que a maior parte de crioulos que se formaram no mundo surgiram como instrumento de comunicação nas sociedades colonizadas que viviam nos espaços insulares. Devido ao isolamento das ilhas em relação aos espaços terrestres, a insularidade bloqueia contactos com os forasteiros, favorece a miscigenação entre as pessoas de línguas e culturas diversas, e por consequente, conduz a uma chamada “crise linguística, em que as línguas maternas, embora acessíveis, não são funcionais e a língua que é mais funcional, pelo contrário, porque pouco acessível, não pode ser plenamente adquirida” (Pereira, 2006, p. 25). Por isso, a autora diz que as línguas crioulas são produtos de novas culturas que refletem os comportamentos das sociedades que se caracterizam por um alto grau de miscigenação que vivem à margem das civilizações a que eles próprios não pertencem. Deste modo, as ilhas com todas as características acima apresentadas, tais como: “um corte, uma deslocação e um afastamento em relação às culturas e línguas de origem dos povos que as povoam” (Pereira, 2006, p. 66), criam condições específicas que são favoráveis à formação das línguas crioulas.

Referindo-nos a tudo que ficou dito, vale a pena evidenciar de que maneira o critério da insularidade propiciou a formação do crioulo em análise que surgiu na época do colonialismo português. É preciso acrescentar que a situação geográfica do arquipélago corresponde a todas as características próprias à insularidade e, por isso, cons-

titui um exemplo ilustrativo das ideias apresentadas, refletindo tanto o isolamento físico das ilhas em relação ao continente africano, como a distância que separa as ilhas particulares entre elas.

Cabo Verde é um arquipélago pertencente ao oceano Atlântico, situado a cerca de 600 km da costa ocidental africana, disperso por dez ilhas descobertas pelos portugueses na segunda metade do século XV como desabitadas. A ilha de Santiago foi a mais favorável a ser povoada, devido a maior extensão de todas, a terra relativamente mais fértil, assim como a sua relativa proximidade da costa da Guiné, o que facilitou relações com o continente africano. As restantes ilhas, povoadas mais tarde, nunca desempenharam um papel tão importante na economia do arquipélago. De modo geral, as ilhas de clima seco com pouca pluviosidade não tinham recurso no subsolo. Tanto os recursos agrícolas, como os minerais eram escassos, e por isso, as condições para o crescimento económico eram bastante reduzidas. A produção económica baseou-se na criação do gado, na pescaria e, mais tarde, no cultivo de cana-de-açúcar e de algodão. Por estas razões, entre outras, no início da colonização as ilhas não gozaram de um grande interesse dos portugueses que enfrentaram muitas dificuldades no processo de povoamento delas. Sobre esta questão, Cristóvão (2005, p. 373) constata:

A escassez da água tem, historicamente, colocado as maiores dificuldades ao desenvolvimento deste país, provocando as denominadas crises cíclicas, que desde o século XVI até a década de 1940 deram origem a situações de fome e miséria.

A organização de vida nas ilhas nas condições descritas constituiu um grande desafio para os colonizadores, e por isso, foi preciso recorrer a novas estratégias. Dada a posição estratégica do arquipélago, isto é, a relativa proximidade entre a ilha de Santiago e o continente africano, assim como a sua localização privilegiada nas rotas marítimas entre os continentes africano, europeu e americano, os portugueses decidiram povoar a maior ilha do arquipélago, Santiago, com os escravos capturados na costa ocidental africana, sobretudo na Guiné. De todos os escravos assim trazidos, alguns asseguraram serviços domésticos nas casas de portugueses, outros trabalharam nas plantações, outros ainda serviram como “moeda de troca” na aquisição de outros bens. A primeira cidade fundada na ilha Santiago, Ribeira Grande, tornou-se, já na segunda metade do século XV, num grande entreposto comercial de escravos retirados de África e reenviados, posteriormente, para as Américas. Como diz Cabral (2013, p. 235):

Em Santiago, dos finais do século XV e início do século seguinte, ser-se branco era quase sinónimo de pertencer à elite e ser-se negro ou baço era ser-se escravo. No princípio era a cor, mas também a origem. O africano era trazido para a ilha de Santiago como escravo onde foi empreendido o esbatimento de sua identidade para poder ser melhor aproveitado o seu corpo e a sua força de trabalho. O branco vinha do reino e trazia consigo a sua condição prévia na sociedade portuguesa.

Conforme a autora citada, a primeira elite na ilha de Santiago era constituída pelos portugueses enviados pela Coroa para participarem na construção do império. A autora acrescenta que além dos africanos e os portugueses havia também uma camada que ela chama de intermédia na “pirâmide social santiaguense”, a que pertenciam homens livres, forros e brancos pobres. Na segunda metade do século XVI, nasceram os “filhos da terra”, isto é, mestiços dos quais surgiu a segunda elite santiaguense, os chamados “brancos da terra” que na realidade eram mulatos e negros que herdaram da primeira elite muitos privilégios e uma alta posição na sociedade santiaguense (cf. Cabral, 2013). Segundo a autora, a situação descrita permanecia sem grandes rupturas até a independência (Cabral, 2013, p. 237):

Isto porque é essa elite – a dos “brancos da terra”, que continua a ser proprietária rural, possuidora de escravos e depois arrendadora ou arrendatária, que ocupa os ofícios na administração colonial e no poder local e representa a *intelligenza* cabo-verdiana, que conservará as marcas de cultura, religião, costumes e preconceitos racionais e sociais da elite fundadora e formadora da sociedade do arquipélago.

Frente aos factos históricos acima mencionados, já no século XVI a sociedade da Ribeira Grande transformou-se numa comunidade mestiça composta por várias etnias, uma sociedade “urbana, escravocrata, católica, cosmopolita e mercantil, sendo formada por pessoas de vários grupos sociais: europeus (marinheiros, mercadores, aventureiros), de negros livres e escravos carregadores, de oficiais mecânicos e grumetes (Santos, 1989; Cabral, 2013, pp. 55-56, citado em: Bloch, 2019, p. 50). Nas condições acima, surgiu uma sociedade mestiça que durante vários séculos da colonização portuguesa conviviam juntos, confrontados com o isolamento geográfico e existencial. Como repara Cristóvão (2005, p. 373):

[...] as ilhas foram modeladas por cinco séculos de colonização portuguesa que gerou paisagens humanos originais, onde se reflete o efeito de uma luta constante e tenaz com a natureza saeliana.

Os escravos capturados na parte ocidental africana, particularmente na zona da Guiné, representavam as mais diversas etnias e falavam diversas línguas maternas, todas elas provenientes da família Níger-Congo. Os escravos se encontravam dispersos para evitar o risco de revoltas, tendo poucas oportunidades de comunicar entre si. Como o número de colonos foi sempre bem reduzido, os escravos tornaram-se o principal componente humano do povoamento. Segundo os dados apresentados em Quint-Abrial (2000, p. 171), em 1582 os escravos negros constituíam mais de 87% da população cabo-verdiana. Da sua parte, Bloch (2019, p. 41) chama atenção ao facto de que poucas foram as mulheres brancas que habitavam no arquipélago, razão pela qual o processo de miscigenação atingiu uma escala muito grande.

Refletindo nos diversos fatores que facilitaram o surgimento do crioulo, Veiga (2004, p. 6) acrescenta que entre múltiplas línguas faladas pelos escravos, das quais as línguas como mandinga e fula foram faladas por grupos mais numerosos, nenhuma delas possuía a força suficiente para impor o seu próprio código ao colonizador. O autor citado sublinha também que a presença transitória dos escravos nas ilhas constituiu também um dos fatores importantes que impediu qualquer tentativa de imposição de qualquer língua africana. Desta maneira, já no início do processo de povoamento, os escravos africanos isolados das suas terras sofreram um forte “desenraizamento”, sendo obrigados a adotar a língua e a cultura do colonizador (cf. Santos, 1989, p. 62). Por sua vez, a língua portuguesa funcionou durante séculos como a língua socialmente dominante embora os colonos proviessem das regiões diferentes e falassem o português já modificado, resultante de múltiplos contactos com os povos e línguas diversos que encontravam no caminho das suas viagens. Nas circunstâncias acima, os escravos afastados das suas terras e abandonados no espaço insular, tinham de procurar uma nova língua para se entenderem (cf. Pereira, 2006, p. 25), dando início à formação da língua crioula. Não nos podemos esquecer de que o crioulo assim formado, começou a funcionar como um elemento unificador entre os escravos e os seus donos. Vale a pena notar também que o fator de insularidade desempenhou nesse processo o papel fundamental.

É importante ressaltar aqui que a língua crioula foi resultado da *nativização* do pidgin geral que se formou no litoral ocidental de África no século XV. Devido à presença dos portugueses na costa africana desde o início da grande expansão marítima, assim como ao intercâmbio entre os povos de línguas diferentes, o português foi utilizado em contactos com os africanos, ganhando um estatuto de língua franca entre as populações locais do litoral. Em contacto com as numerosas línguas africanas, o português estava submetido a várias modificações. Neste contexto, surgiu o pidgin, conhecido também de proto-crioulo de África do Oeste, ou de pidgin português geral. Vale a pena lembrar que os pidgins são línguas subsidiárias que não substituem a língua de origem dos que as falam, são formas de linguagem que facilitam a comunicação imediata entre populações heterogêneas em que uma delas é socialmente dominante. São línguas auxiliares usadas em diferentes contextos e situações de intercâmbio o que as diferencia dos crioulos que são línguas maternas das novas gerações. É interessante notar também que enquanto o pidgin é considerado uma língua veicular, o crioulo já é uma língua natural, isto é, uma língua que dispõe de meios linguísticos para exprimir todas as categorias gramaticais (cf. Hlibowicka-Węglarz, 2013, 2021).

Como se vê, a insularidade característica de Cabo Verde implicou um corte, uma deslocação e um afastamento em relação às culturas e às línguas de origem dos escravos, favoreceu a miscigenação entre os membros da nova sociedade e em contacto com a língua socialmente dominante levou à formação do crioulo cabo-verdiano. Assim, o crioulo emergiu como língua da comunidade formada dos europeus e dos escravos de várias etnias no espaço insular de Cabo Verde.

## O CONTACTO LINGUÍSTICO ENTRE O CRIOULO E O PORTUGUÊS NA ATUALIDADE

A descrição detalhada da situação sociolinguística de Cabo Verde na atualidade é um tema muito complexo que não pode ser apresentado com todos os pormenores no escopo deste estudo. Por isso, a presente parte do estudo tem como finalidade apenas contribuir para o conhecimento geral da realidade linguística de Cabo Verde em que a língua cabo-verdiana formada na época colonial concorre com a língua portuguesa, gozando de um grande prestígio na sociedade.

Os reflexos de um longo período de colonização portuguesa são visíveis na sociedade cabo-verdiana até hoje. Tanto as marcas africanas, como as europeias são reconhecíveis em todas as ilhas do arquipélago, tanto no contexto linguístico, como social. O que nos interessa neste estudo é o facto de que o crioulo, formado no século XVI, não foi abandonado até hoje e mantém a sua grande vitalidade, “sendo a língua materna ou a primeira aprendida de grande parte da população” (Lopes, 2011, p. 15). Como diz a autora, é uma língua que os cabo-verdianos adquirem de maneira natural, isto é, na sua infância, e por isso, essa língua é o primeiro instrumento da comunicação de toda a sociedade. No entanto, interessa refletir que a sociedade cabo-verdiana se caracteriza pela presença no seu território de duas línguas que estão em contacto permanente: o crioulo de base lexical portuguesa que não tem o estatuto de língua oficial e o português, língua oficial, língua do ensino, da administração e dos contactos internacionais, mas adquirido como língua segunda.

A situação descrita que caracteriza o arquipélago desde a época colonial, assim como as relações sociopolíticas que se estabelecem na sociedade atual determinam a possibilidade de ocorrência no futuro de duas consequências bem prováveis. A primeira delas supõe a probabilidade da formação de uma variedade da língua portuguesa com as suas características próprias sob a influência do crioulo. A segunda delas, sugere a descrioulização do crioulo sob a influência da língua portuguesa (*cf.* Lopes, 2011, p. 15). Tendo em conta as influências mútuas entre as línguas em análise, é difícil prever qual destas possibilidades é mais provável. Sobre a probabilidade de descrioulização do crioulo, Pereira (2006, pp. 42-43) argumenta que este processo aumenta com a intensidade e a duração do contacto com a língua de superstrato, assim como o menor prestígio e funcionamento do crioulo. No caso da língua cabo-verdiana, esta situação parece difícil a ser realizada num curto prazo devido ao facto de que o crioulo é fortemente implantado na sociedade. Abordando a situação linguística de Cabo Verde de ponto de vista de diglossia do arquipélago, Lopes (2011, p. 493) constata:

Essa diglossia é instável. [...] há evidentes sinais de tensão geradores de mudança: a não compartimentalização de domínios e de funções sociais, e uma manifestada atitude de aceitação da extensão de ambas as línguas: a LCV para domínios menos íntimos e mais formais e a LP para os menos formais (apesar da clara insegurança formal que têm em



ambas). A extensão da LCV é mais forte do que a da LP, com a evidente participação das pessoas do tipo formal e dos jovens na mudança das relações entre as duas línguas. Esse papel dos jovens estará certamente relacionado com a manifesta tensão do ponto de vista linguístico, vinculado às suas relações identitárias com as duas línguas e à compreensão que têm do estatuto delas.

Os resultados da pesquisa feita pela autora apontam para a manutenção das duas línguas. Lopes (2011, p. 494), por sua vez, diz que a situação é possível “por via da construção de um bilinguismo caracterizado pela igualdade de estatuto e de funcionalidade das duas línguas, mas em que certamente a LP teria vantagens, como língua de comunicação internacional”. No entanto vale a pena acrescentar que a realidade linguística cabo-verdiana corresponde a um caso de diglossia com vantagem para o português na escrita e para a língua cabo-verdiana na fala.

Como já referimos, no presente estudo apresentamos apenas as informações gerais que permitem evidenciar a situação linguística do país, sublinhando que o crioulo formado há vários séculos atrás, mantém-se vivo, gozando de um grande prestígio social na atualidade. É preciso relembrar também o facto inegável que o crioulo cabo-verdiano é uma língua formada de base lexical portuguesa, língua que funciona nesse país desde o início da sua história. As palavras de Veiga (2004, p. 72, citado em: Lopes, 2011, p. 509) resumem da melhor maneira o panorama linguístico em Cabo Verde atual, assim como o estatuto de cada uma das línguas:

Se o Português veicula alguns aspectos na nossa mundividência, o Crioulo não é só veículo como é também substância dessa mesma mundividência. Se com o Português nós dialogamos com outros povos, com o Crioulo nós nos identificamos perante outros povos e marcamos a nossa diferença.

Segundo as palavras acima citadas tanto o português como o crioulo construíram, assim como continuam a construir a identidade dos cabo-verdianos.

## A INSULARIDADE, A EMIGRAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CABO-VERDIANA

A maior parte de crioulos que se formaram no mundo surgiram em condições muito parecidas às que caracterizam o crioulo de Cabo Verde. Formaram-se no contexto da insularidade geográfica que geralmente implica o isolamento, o afastamento e a deslocação das pessoas, favorecendo a miscigenação entre elas. No entanto, a insularidade provoca também várias consequências de carácter económico, social e cultural. A história das sociedades insulares, ao depender de numerosos fatores sócio-históricos, variam de país para país, nunca seguindo o mesmo caminho. De acordo com Pita (2017, p. 69):

Uma questão curiosamente recorrente e de importância amplamente conhecida é a insularidade como fator intrínseco à identidade cabo-verdiana [...] Apesar de haver dezenas de outros Estados que compartilham a característica insular de Cabo Verde, este arquipélago localizado próximo à costa africana é alvo de frequentes referências que utilizam a palavra “insular” carregada de diversos significados que compõem parte do que se pode chamar de identidade cabo-verdiana.

Segundo as opiniões do autor, a insularidade não é tratada apenas como um conceito geográfico mas também como “um estado de espírito” (cf. Marshall, 1999, citado em: Espínola & Cravidão, 2014, p. 7). Seguindo esta ideia, seria interessante refletir como a insularidade, com os seus limites entre a terra e o mar que caracterizam este país, influíram na construção da identidade da sociedade cabo-verdiana.

Alguns autores sugerem que a formação da identidade cabo-verdiana começou ainda na época colonial com o processo da criouliização. Através da língua que se formou, os membros da nova comunidade mestiça podiam comunicar entre si e manter algum contacto. Analisando a relação entre o espaço insular e a formação da identidade do ilhéu, Furtado (2013, pp. 5-6, citado em: Brito, 2021, p. 49) distinguiu três processos que influíram na construção da identidade dos cabo-verdianos nos tempos da ocupação colonial: um processo de construção de um território novo, um processo de desterritorialização definido como abandono forçado do território natal dos escravos, assim como um processo de reterritorialização, isto é, um processo da reconstrução de si próprio em um novo território. Segundo o autor citado estes processos constituem “um triplo fator de construção de uma identidade de fronteira [...] que deve estar permanentemente ritualizada e reatualizada em espaços físicos, identitários e étnicos extremamente fluidos”. A partir dessa reflexão, é possível dizer que a construção da identidade cabo-verdiana estava em transição contínua, passando por “um triplo fator” da sua construção. No entanto, vale a pena ressaltar que a influência da insularidade na construção da identidade de cabo-verdianos é visível tanto na época colonial, como nos séculos posteriores.

Um dos traços marcantes da identidade deste povo insular é a emigração, cuja história é muito longa, sendo anterior a independência do país que ocorreu em 1975. Alguns autores, entre outros Pita (2017, p. 69), consideram que a emigração resulta também da insularidade. Neste contexto o autor citado confronta as suas opiniões com as de Cancian (2016, p. 2):

Seja de forma forçosa ou por opção própria, os povos que abandonam sua casa jamais se desapegam das origens, e mantém através da tradição a cultura na qual nasceram. Isso se dá pela manutenção da língua, da religião, modo de pensar e agir. Mas essa cultura original, no contexto diaspórico, está em constante transformação, de maneira que novos costumes acabam sendo assimilados e interferem não apenas na identidade pessoal como na identidade coletiva, que por sua vez reflete a identidade cultural de determinado grupo.

De acordo com Brito (2021, p. 47), a emigração cabo-verdiana iniciou-se nos finais do século XVII e início do século XVIII e passou por vários surtos emigratórios. Os primeiros cabo-verdianos abandonaram as ilhas, dirigindo-se aos Estados Unidos onde tinham oportunidade de trabalhar nos baleeiros. Com a nova lei que limitou o acesso dos estrangeiros ao trabalho no continente norte-americano no século XX, começou a emigração com o destino para os países da América do Sul, sobretudo para o Brasil e Argentina, assim como para os países africanos, tais como Senegal e Angola. Vale a pena notar também que nos séculos XIX e XX, havia também muitos cabo-verdianos que procuravam o trabalho como contratados nas roças de café e de cacau nas ilhas de São Tomé e Príncipe. O maior fluxo migratório ocorreu após a segunda guerra mundial, sempre por razões económicas. Os períodos de secas e fome, oferta muito reduzida de trabalho, insuficiente assistência social, fraco desenvolvimento industrial, entre outros, motivaram o cabo-verdiano a deixar a sua terra em busca das melhores condições de vida em outros territórios. Após a independência, os emigrantes cabo-verdianos dirigiam-se sobretudo aos países europeus, como França, Holanda, Luxemburgo, Bélgica, assim como Portugal, cuja língua era para eles mais conhecida. Como se vê, a identidade cabo-verdiana que começou a construir-se na época colonial, ultrapassou os seus espaços insulares, reconstruiu-se e expandiu-se nos territórios novos em vários continentes, deixando sempre as marcas novas na identidade coletiva.

No entanto, vale a pena notar também que a emigração constituiu sempre um grande desafio para os cabo-verdianos que tinham de abandonar as suas terras. Veiga & Verde (1998, p. 9, citado em: Brito, 2021, p. 44) apontam sobre esta questão:

[...] no contexto cabo-verdiano a insularidade é uma percepção do espaço telúrico, da “terra-mãe” e da consciência de uma identidade, “resultado da luta e dos desafios nascidos do chão das ilhas”. Muitas vezes, essa insularidade está imbricada no sentimento desajustado de evasão, no conhecido dilema do querer “bipartido”, do “ter que partir querendo ficar” e “ter de ficar querendo partir”, cujos traços ganham forma e conteúdo no confronto e reencontro “da água com a terra, do homem com o mar”.

Como se vê, havia muitíssimas razões históricas e socioeconómicas que explicam porque, até “sem querer”, a sociedade cabo-verdiana se espalhou pelo mundo. De acordo com Alcobia (2010, p. 50, citado em: Pita, 2017, p. 73), a emigração se mostrou para este povo “como a janela alternativa à porta que Deus fechou”. No entanto, a autora acima mencionada fala de um forte patriotismo dos ilhéus “para os quais o desejo e a necessidade de partir é forte”, mas, ao mesmo tempo, “o cabo-verdiano, esteja onde estiver, nunca renuncia à sua terra, e daí a ideia fixa de que há de voltar um dia, como se o regresso fosse um compromisso”.

A insularidade de Cabo Verde e o isolamento geográfico do país era um grande problema nos séculos anteriores, um problema muito maior no passado do que é hoje. As condições climáticas do país que prejudicaram a produção económica do país,

assim como a relação muito próxima com o mar que constituía um grande desafio durante séculos e séculos, hoje em dia abrem a porta para o próprio desenvolvimento económico do arquipélago numa perspetiva de melhorar o dia-a-dia e de diminuição da dependência exterior das ilhas.

As modificações ocorridas no último quartel do século XX, após a independência, derivam diretamente das mudanças políticas que tiveram lugar neste país. Hoje em dia é uma sociedade formalmente livre que “ainda hoje se debate com muitos atrasos económicos e educativos estruturais, razão pela qual ainda não se livrou da necessidade de recurso a auxílios externos para tentar superá-los”, mas também um país que, “pelo patente esforço de lisura política interna tem vindo a ganhar o respeito da comunidade internacional” (Monjardino, 2009, p. 1135).

Nas últimas décadas o arquipélago entrou num processo de transição democrática baseada na formação dos seus habitantes, dando impulso a um desenvolvimento do país, estimulando os recursos naturais e humanos da sua sociedade. Entre várias iniciativas novas, Cabo Verde tem-se virado para o turismo, propondo um aproveitamento dos seus recursos naturais, das paisagens inesquecíveis, da proximidade do mar com a temperatura das águas que permite também o turismo balnear, além dos recursos culturais como folclore, costumes, gastronomia local, música ou dança. Hoje em dia o oceano já não constitui um obstáculo que impede os contactos entre as sociedades dos ilhéus e dos continentais embora as viagens sejam muito caras. A influência das atividades turísticas na cultura e o modo de vida dos cabo-verdianos é enorme, refletindo-se também na reconstrução contínua da identidade cultural dos ilhéus.

## CONCLUSÕES

A identidade dos cabo-verdianos, moradores de um país insular que tem uma independência política muito recente, não se formou num espaço fechado. Inicialmente, as ilhas desabitadas, povoadas pelo colonizador português, ligadas durante séculos à função de entreposto de escravatura transatlântica, ofereciam aos membros da sociedade formada por africanos e por europeus o mundo fechado em que os africanos nem tiveram alguma oportunidade de sonhar em qualquer rutura com as normas às quais estavam sujeitos. Algumas décadas depois, com o surgimento de uma língua mista, crioulo cabo-verdiano, estavam no início do processo da construção da sua identidade social. Ao longo da sua história o povo cabo-verdiano passou por várias fases da reconstrução da sua identidade, moldada por vários fatores geográficos e sociais, entre os quais é preciso sublinhar vários surtos de emigração durante os quais os ilhéus tinham de abandonar o arquipélago em busca de melhores condições de vida nos outros sítios do mundo, assim como as atividades turísticas com uma grande abertura ao mundo exterior. Analisando os diferentes fatores que influem na construção da identidade dos ilhéus, Diegues (1993, p. 13) diz:

[...] a construção da identidade insular passa pelo contato e pela oposição a outro, aquele que não é nascido na ilha. Uma sociedade insular muito isolada não tem consciência da insularidade. A entrada em contato com o resto do mundo faz nascer a consciência de se pertencer à ilha, agudiza os sentimentos e desenvolve a identidade insular. Por outro lado, o peso do exterior não pode ser excessivo pois nivela os particularismos.

De acordo com as palavras acima citadas, podemos considerar a diáspora cabo-verdiana no sentido de contacto com os outros, o que levou, por sua vez, à reconstrução da identidade anteriormente modelada, pois a construção da identidade social deveria ser analisada como um processo contínuo e não uma construção estável.

A forte relação dos cabo-verdianos com o seu ambiente insular, assim como os laços culturais que unem os membros da sociedade em questão fez com que a maior parte deles tenham voltado ao seu país para construir o futuro do seu país. O comportamento dos cabo-verdianos tem mudado e hoje “muitos deles não sentem constrangimento ao serem chamados dos ilhéus mas, ao contrário, proclamam suas origens” (Diegues, 1993, p. 14). Com a independência, a sociedade cabo-verdiana ganhou a possibilidade do seu desenvolvimento, mas mesmo assim precisa de um forte investimento económico dos outros países continentais.

## BIBLIOGRAFIA

- Alcobia, A. (2010). *Papia, Lé y Skrebe na Skóla Kauberdianu: A Emergência de Práticas Identitárias*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Błoch, A. (2019). *Cabo Verde: o Paraíso do Atlântico colonial*. Porto Alegre: Editora Fi.
- Brito, G.M. (2021). Literatura, insularidade e emigração em Cabo Verde. *Soletras*, 42, 41-52. DOI: 10.12957/soletras.2021.60742.
- Cabral, I. (2013). *A Primeira Elite Colonial Atlântica. Dos «homens honrados brancos» de Santiago à «nobreza da terra»*. Finais do séc. XV – início do século XVII. Praia: Universidade de Cabo Verde.
- Cancian, J.R. (2016). *O cotexto da diáspora na construção da identidade cultural: a experiência do personagem José Viana, do romance Sem Nome, de Helder Macedo*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cancian-juliana-contexto-da-diaspora.pdf> [acesso: 17.09.2022].
- Cristóvão, F. (org.) (2005). *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Textos Editores.
- Diegues, A.C. (1999). *Sociedades insulares e biodiversidade*. <http://www.nupaub.fflch.usp.br/files/color/Marajo/pdf> [acesso: 18.08.2022].
- Espínola, P. & Cravida, F. (2014). A ciência das ilhas e os estudos insulares: breves reflexões sobre o contributo da geografia. *SciELO*, 26 (3). DOI: 10.1590/1982-451320140303. <http://www.nupaub.fflch.usp.br/files/color/Marajo/pdf> [acesso: 18.08.2022].
- Ferreira, A.B.H. (2010). *Mini Aurélio: O Dicionário da Língua Portuguesa*. 5ª ed. Ed. Curitiba: Positivo.
- Furtado, C. (2013). Dilemas étnico-identitários num território fluido. *Revista Ciências Sociais Unisinos. São Leopoldo*, 49/1.
- Hlibowicka-Węglarz, B. (2013). *Portugalskie języki kreolskie w Afryce*. Lublin: Wydawnictwo UMCS.
- Hlibowicka-Węglarz, B. (2021). „Złota epoka” Portugalii i języka portugalskiego. Lublin: Wydawnictwo UMCS.
- Lopes, A. (2011). *As línguas de Cabo Verde. Uma radiografia sociolinguística*. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Marshall, J. (1999). Insiders and Outsiders: The Role of Insularity. In R. King, J. Connell (eds.), *Small Worlds, Global Lives: Islands and Migration* (pp. 95-114). London: Pinter.
- Martins, J.C.O. (2021). Insularidade e identidade em Onésimo Teotónio Almeida: da cultura à literatura. *Veredas*, 35, 101-117. DOI: 10.242661/2183-816x0635.
- Monjardino, A. (2009). Sobre o desenvolvimento insular. <https://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf> [acesso: 04.08.2022].
- Pereira, D. (2006). *Crioulos de base portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Perón, J. (1993). *Des îles et des hommes : insularité aujourd'hui*. Rennes: Éditions de la Cité-Ouest France.
- Pita, A.L. (2017). A insularidade cabo verdiana além da questão geográfica e a emigração como consequência representada na arte. *Conjuntura Internacional*, 4, 1, 68-79. DOI: 10.5752/P.1809-6182.2017v14.n1.p68.
- Quint-Abrial, N. (2000). O crioulo de Santiago (República de Cabo Verde). *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 167-181.
- Ribeiro, O. (1960). *A ilha do Fogo e as suas erupções*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- Santos, E.R. (1989). *As máscaras poéticas de Jorge Barbosa e a mundividência cabo-verdiana*. Lisboa: Caminho.
- Veiga, M. (2004). *O Caboverdiano em 45 lições*. Praia: ICLD.
- Veiga, M. & Verde, C. (1998). *Insularidade e literatura*. Paris: Editions Karthala.